

ACTA N° 2/2006

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois e seis, nesta Vila de Barrancos e Salão Nobre dos Paços do Município, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, e estando presentes os senhores Emílio Carvalho Domingues, presidente, Francisco António Florido Côco Oliveira, 1.º secretário, João António Carvalho Gonçalves, 2.º secretário, José Carlos Fernandes Durão (PS), Manuel Baleizão Chamorro (CDU), Mário Francisco Álvares Cavaco (PS), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), Rosa Jordão Sesinando Ramos Pinto (PS), Marcos David Marcelo Fretes (PS), Vânia de Jesus Torrado Reganha (CDU), Hernâni Reinaldo Marques Alcario (CDU), Nuno do Carmo Gavino Baleizão (PS) e André Elvira Carvalho (CDU) e presidente da Junta de Freguesia de Barrancos), comigo, Patrícia Maria Baleizão Ferraz, assistente administrativo da DAF/SPEGA servindo de secretária, teve lugar a segunda sessão ordinária de 2006 deste órgão deliberativo, convocada pelo Edital n.º 07/2006, de 13 de Abril.

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA: Registou-se a presença, do senhor presidente, António Pica Tereno, da senhora vice-presidente, Isabel Catarina Caçador Sabino e dos senhores vereadores, António Manuel Durão Gavino (CDU) e Nelson José Costa Berjano (PS) e Francisco José Nunes Gabriel Bossa (PS).

FALTAS: Registou-se a ausência dos membros Miguel Pedro Rodrigues Escoval (PS) e António Luís Oliveira Fialho Alcario (CDU), que até à presente data não justificaram a sua falta, considerando-se esta injustificada e do membro Manuel Torrado Marcelo, que justificou a sua falta conforme carta de dia 26/04/2006.

ABERTURA DA SESSÃO: O senhor presidente da mesa, depois de verificar as presenças dos membros da assembleia e da câmara municipal, declarou aberta a sessão.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27/02/2006, (ORDINÁRIA):

A acta da sessão de 27/02/2006 (ordinária), foi aprovada por unanimidade.

2 – APRECIÇÃO DE EXPEDIENTE DIVERSO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS: O senhor presidente da mesa, deu conhecimento a assembleia do expediente recebido, encontrando-se o mesmo em arquivo, nomeadamente:

- a) Da circ. n.º 29/2006-CO, de 27/02/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Envio de Boletim n.º 144 da ANMP;
- b) Da circ. n.º 34/2006-LP, de 07/03/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: XXIII Assembleia Geral do Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CMRE) – Innsbruck, Áustria, 10-12 de Maio de 2006;
- c) Da circ. n.º 30/2006-TC, de 02/03/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Remunerações, Compensações para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para 2006;
- d) Do ofício n.º 128-G/1-149, de 20/03/2006, da Assembleia Distrital de Beja – Assunto: Convocatória da Sessão Ordinária da Assembleia Distrital de Beja, no dia 30/03/2006;
- e) Do ofício n.º 00375, de 21/03/2006, do Gabinete do Presidente da República – Assunto: Agradecimento de mensagem dirigida a Sua Excelência o Presidente da República por ocasião da sua tomada de posse;
- f) Do ofício n.º 14/CPCJ-B, de 27/03/2006, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Assunto: Relatório de actividades-2005;
- g) Do ofício n.º 175/DASC, de 04/04/2006, da Câmara Municipal de Barrancos – Assunto: Comemorações do Dia Mundial da Saúde – 7 de Abril – Jornadas de Prevenção e Controlo para a Saúde;
- h) Da circ. n.º 44/2006-CO, de 30/03/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Envio de Boletim n.º 145 da ANMP;
- i) Da circ. n.º 48/2006-PB, de 04/04/2006, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Lei n.º 12/2004, de 30 de Março. Estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais;
- j) Da carta recebida em 10/04/2006, da Plataforma Transgénicos Fora do Prato – Assunto: Zonas livres de transgénicos – Petição à Comissão Europeia.

3 – PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Seguidamente, antes de dar início à apreciação e votação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, nos termos do art.º 19º n.º 2 do regimento da Assembleia, o senhor presidente anunciou a abertura de

inscrições para solicitação de esclarecimentos no período de intervenção do público. Não se registou qualquer inscrição por parte do público presente.

4 – Antes de dar início à Ordem de Trabalhos, foi decidido, por unanimidade dos membros presentes nesta sessão que, o ponto n.º 2 da respectiva Ordem de Trabalhos passará a ser o ponto n.º 4 desta sessão.

ORDEM DE TRABALHOS

1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Ao abrigo da alínea e), n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente e apreciada a informação escrita e assinada pelo senhor presidente, complementada com uma exposição detalhada de todos os assuntos, designadamente:

1 – Reunião dia 2 de Março com a Confederação Hidrográfica do Guadiana no Ayuntamiento de Encinasola, tendo em vista alertar esta entidade para a necessidade de controlo dos vertidos dos matadouros na província de Huelva e na área da bacia do rio Múrtega.

2 – Igualmente e em conjunto com a Sr.^a Alcaldesa de Encinasola reunimos em Huelva com a Delegada do Meio Ambiente da Província de Huelva, com o fim de exigir a tomada de providências tendo como finalidade e através de vistorias aos referidos matadouros aquilatar do cumprimentos de Ambiente.

3 – No seguimento de várias reuniões com a ARS-Alentejo, iniciámos obras de beneficiação das instalações do Centro de saúde, tendentes a criar as condições de habitabilidade para os médicos residentes, na perspectiva de um melhor e mais rápido atendimento aos utentes do nosso concelho. Igualmente foi decidido pela ARS aumentar o horário de atendimento no Centro de saúde com mais duas horas diárias.

4 – Estivemos no dia 9 de Março no Palácio da Ajuda e a convite da Presidência da república na recepção dada por Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva.

5 – Reunimos na ANMP em Coimbra, para em sede da Secção de Municípios com Áreas Protegidas, tomar posição em relação ao Plano Sectorial da Rede Natura 2000, tendo sido unânime a posição de rejeitar tal plano por desfasado da realidade dos próprios Municípios.

6 – Assistimos à inauguração do parque de Natureza de Noudar (Coitadinha), onde assinámos um Protocolo de Cooperação com a EDIA.

7 – Enviámos exposição sobre as acessibilidades que nos ligam ao resto do País – EN 258 de ligação a Beja e EN 386 de ligação a Évora a Sua Excelência o Sr. Primeiro-ministro, Eng. José Sócrates, alertando para as péssimas condições que estas duas vias de acesso apresentam e para a necessidade do seu arranjo e beneficiação.

8 – Estivemos em Vila Franca de Xira onde participámos na apresentação do Plano de Intervenção de Resíduos Sólidos Urbanos e do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais/PEAASAR II .

Após uma exposição detalhada de todos os assuntos constantes na informação, por parte do senhor presidente, o membro Mário Francisco Álvares Cavaco (PS) tomou a palavra, afirmando ter conhecimento da existência de um munícipe que, após ter sido autuado por mal estacionamento, entregou um requerimento nos serviços da câmara, para saber a regulamentação do sinal em causa, sem que até ao momento, tenha obtido uma resposta. De imediato, solicitou à mesa informação sobre quais os sinais regulamentados pela Assembleia Municipal?

O senhor presidente esclareceu que o requerimento em questão foi encaminhado ao Sr. vereador responsável pela sinalização municipal, o qual lhe deu uma resposta verbal. Mais, disse ser urgente fazer um novo Plano de Sinalização Municipal, pois a actual sinalização vem de há muito tempo atrás, encontrando-se desactualizada.

Seguidamente, o membro José Carlos Fernandes Durão (PS) afirmou que a autoridade responsável (GNR) sente-se no direito de agir, autuando as pessoas e estas, como pensam que o sinal não está devidamente regulamentado, não pagam a multa.

Em resposta, a pedido do senhor presidente da câmara, o senhor vereador António Manuel Durão Gavino (CDU) esclareceu que o munícipe em questão foi informado verbalmente, o que impediu que fosse autuado em mais sessenta euros.

Por último, o membro José Carlos Fernandes Durão (PS) solicitou que a autarquia notifica-se o munícipe por escrito, para que desta forma este possa defender-se.

Deliberação nº 03/AM/2006 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE BEJA; Sob proposta da câmara municipal, aprovada pela deliberação n.º 040/CM/2006, de 22/03, a assembleia municipal, deliberou por unanimidade autorizar o Município de Barrancos a associar-se (sócio contribuinte) à Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja, Aljustrel, mediante o pagamento da quotização fixada pelo órgão estatutariamente competente. (€ 100,00, anuais em 2006).

Deliberação nº 04/AM/2006 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO “RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2005”.

Após uma introdução realizada por parte do senhor presidente da câmara ao assunto em título, o membro José Carlos Fernandes Durão (PS) afirmou que, após análise do respectivo documento, viu uma autarquia com alguma capacidade de endividamento (setenta por cento para empréstimos a longo prazo) o que não é novidade. Mais, a curto prazo existem dívidas referentes a obras mas, esse dinheiro irá ser ressarcido, pois são obras já aprovadas. Disse ainda que a questão da liquidez não era má, e que a situação não é caótica como se deu a entender há quatro meses atrás, já que o problema da câmara é a questão dos fundos correntes, uma vez que setenta por cento do orçamento são encargos com pessoal. Sugeriu, ainda, fossem tomadas medidas para que este valor não se estenda, de modo a que dentro de algum tempo possamos ter concluído projectos que tragam algum progresso.

Mais, afirmou que o problema da câmara era a dívida e não a má gestão do mandato anterior, que não foi má, mas sim a correcta.

O membro José Carlos Fernandes Durão (PS) disse ainda que, quanto ao progresso e ao futuro, o senhor presidente da câmara estava a ser prudente e cauteloso para, desta forma, não levar a cabo o que prometeu na campanha eleitoral.

O senhor presidente da mesa interveio, dizendo que o membro José Carlos Fernandes Durão (PS) fazia uma análise muito positiva do documento e da gestão do anterior executivo, mas o povo, a nove de Outubro passado, entendeu que esta gestão não era a adequada. Mais, informou que o actual executivo apenas é responsável por dois meses do referido relatório, sendo este documento meramente técnico.

O senhor presidente da câmara esclareceu que, não poderia ser vista nenhuma questão política no documento e que não tinha medo do futuro, pois o actual executivo iria assumir e resolver todos os assuntos e problemas sem qualquer medo.

Mais, informou que o seu discurso era realista e optimista em termos de futuro, pois o problema do Município não era a dívida, mas sim apostar no futuro, sendo essa uma prioridade do executivo.

O membro José Carlos Fernandes Durão (PS) afirmou ter a impressão de que o executivo estava a usar desculpas por não poder cumprir tudo o que tinha prometido anteriormente. Mais, afirmou que o documento em questão estava bom, o que demonstrava que as coisas não estavam tão más, como se disse há quatro meses atrás.

O senhor presidente da mesa interveio, pois de acordo com o art.º 29º do Regimento da Assembleia Municipal o membro José Carlos Fernandes Durão (PS) tinha excedido os três minutos de que dispõe.

Assim, terminada a discussão, foi posto à votação o documento em título, sendo aprovado por unanimidade.

2 - APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: A assembleia tomou conhecimento do Resumo do Diário da Tesouraria n.º76, de 26/04/2006 e foi complementado o assunto em título com uma apresentação em Power Point e com uma informação verbal do Dr. Filipe Marchand, responsável pela auditoria ao Município.

Após a apresentação, o vereador Nelson José Costa Berjano (PS) solicitou a presença do Dr. Filipe Marchand numa posterior discussão acerca do assunto em título, ao qual o senhor presidente da mesa respondeu afirmativamente, tendo em conta sempre a disponibilidade do Dr. Filipe Marchand.

O membro José Carlos Fernandes Durão (PS) solicitou o envio dos documentos anteriormente apresentados, tendo o senhor presidente da mesa respondido que estes iriam ser enviados oportunamente a todos os membros da assembleia.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Finalmente, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão, eram onze horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Patrícia Maria Baleizão Ferraz, assistente administrativo da DAF/SPEGA servindo de secretário, subscrevi e assino juntamente com o senhor presidente da assembleia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O SECRETÁRIO

/Emílio Carvalho Domingues/

/Patrícia Maria Baleizão Ferraz/

